

HABEAS CORPUS Nº 530.858 - SP (2019/0261632-0)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ITAMAR REIS DUARTE
ADVOGADO : ITAMAR REIS DUARTE - SP379963
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ARNALDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ARNALDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Consta do autos que o paciente foi condenado, com outro corrêu, como incurso no art. 157, § 2º, I e II, do CP, à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 13 dias-multa (fl. 35).

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal de origem negou-lhe provimento (fls. 39-54).

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para, na terceira fase da dosimetria penal, majorar a pena do paciente no patamar de 3/8 pela presença de duas causas de aumento (fl. 4). Assevera que referida majoração – de 3/8 –, deu-se, exclusivamente, pela quantidade numérica de causas de aumento de pena, o que afronta entendimento do STJ (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a readequação da pena do paciente.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* ou pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

Sobre a aplicação das majorantes - emprego de arma de fogo e concurso de agentes, assim se manifestou o Tribunal de origem (fl. 51):

Prosseguindo com a dosimetria das penas, presentes duas causas de aumento referentes ao emprego de arma e concurso de agentes, exibiu-se adequada a elevação no coeficiente de 3/8.

Note-se que a maior reprovabilidade da conduta impede a elevação na singela fração de 1/3, dado que ambas as causas de aumento foram decisivas para a consumação do crime, além de a integridade física da vítima ter sido efetivamente colocada em risco pelo emprego de arma de fogo.

Como dito alhures, as majorantes restaram devidamente comprovadas pela prova oral coligida, não sendo razoável que um roubo cometido com duas

Superior Tribunal de Justiça

causas de aumento deixe de sofrer qualquer elevação.

Não se trata de mero cálculo aritmético, mas, sim, de observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que devem pautar as decisões judiciais.

Por oportuno, no ponto, a sentença (fl. 33):

Duas foram as causas de aumento de pena, pelo que **acresço 3/8 (três oitavos) às penas acima impostas, fração de aumento que mais se adequa ao caso concreto, já que o réu, com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes, abordou a vítima e a assaltou - retirando-lhe qualquer possibilidade de reação - em circunstâncias já descritas indicativas da audácia, periculosidade extremada e absoluta certeza de impunidade**, perfazendo a pena de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses e 13 (treze) dias-multa.

Com efeito, verifica-se o constrangimento ilegal, porquanto o estabelecimento de fração acima da mínima legal, em 3/8, na terceira fase da dosimetria, para o crime de roubo, deu-se somente pela incidência de duas majorantes – concurso de agentes e emprego de arma de fogo –, com base no critério matemático, desacompanhado de fundamentação concreta a justificar a incidência de fração distinta da mínima.

Nos termos do entendimento cristalizado na Súmula 443/STJ, *o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.*

Dessa forma, mantenho a dosimetria realizada na primeira e segunda etapas, para, na terceira fase, aplicar a causa de aumento de pena na proporção mínima de 1/3, tornando definitiva a sanção em **5 anos e 4 meses de reclusão, mais 13 dias-multa.**

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para fixar definitivamente a pena do paciente em 5 anos e 4 meses de reclusão, mais 13 dias-multa.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator